

Para o “desenvolvimento physico do pessoal da Armada”, institucionaliza-se o esporte: análises sobre as primeiras aproximações da Marinha do Brasil com as práticas esportivas e o processo de fundação da *Liga de Sports da Marinha*

Karina Barbosa Cancell

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (UFRJ); Bolsista CAPES; Integrante do Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer (UFRJ); Especialista em Educação a Distância (UGF); Bacharel e Licenciada em História (UGF).

Leonardo José Mataruna Dos Santos

Primeiro-Tenente; Pós-Doutorando em Cultura Contemporânea (PACC/UFRJ); Doutor em Educação Física (UGF); Mestre em Educação Física (UNICAMP); Especialista em Estudos Olímpicos (IOA-Grécia); Bacharel e Licenciado em Educação Física (UFRJ).

RESUMO

O esporte militar, atualmente em destaque pela recente realização dos V Jogos Mundiais Militares no Rio de Janeiro, em julho de 2011, ainda é um fenômeno pouco estudado no campo histórico. As origens deste movimento no Brasil, assim como seu desenvolvimento e principais abordagens no interior das Forças Armadas, têm surgido como uma temática interessante para análise dos historiadores do esporte. Este trabalho, operando nesta lacuna de conhecimento destacada, visa a traçar um panorama inicial das relações da Marinha do Brasil com o fenômeno esportivo por meio de levantamento bibliográfico e análise de fontes institucionais relacionadas ao esporte, caracterizando o processo de fundação da *Liga de Sports da Marinha* no ano de 1915, suas principais abordagens e áreas de atuação.

PALAVRAS-CHAVE: Marinha do Brasil; esporte militar; ligas

ABSTRACT

The Military Sports, currently highlighted by the recent achievement of the 5th World Military Games in Rio de Janeiro in July 2011, is still an understudied phenomenon in the historical field. The origins of this movement in Brazil, as well as its development and main approaches within the Armed Forces, have emerged as an interesting subject for analysis by historians of the sport. This paper shows in this knowledge gap highlighted, aims to outline an initial overview of the Brazilian Navy relations with the phenomenon of sports through a literature review and analysis of institutional sources related to the sport, characterizing the process of founding the League of Navy Sports in 1915, its main approaches and areas of expertise.

KEYWORDS: Brazilian Navy; military sport; leagues

INTRODUÇÃO

O esporte militar, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, apresentou grande projeção em todo o mundo. A estrutura das organizações ligadas ao esporte militar passou a se equiparar às organizações esportivas de alta performance, assim como seus torneios e campeonatos, a serem inseridos com maior frequência no campo dos megaeventos esportivos. O Brasil, em 2011, foi o palco do maior evento esportivo militar: os V Jogos Mundiais Militares – Os Jogos da Paz¹, realizados na cidade do Rio de Janeiro no mês de julho.

Atualmente, o esporte é um fenômeno consagrado e praticado no meio militar em todo o mundo, na forma competitiva, de preparação militar e lazer. No Brasil, isso não foi diferente. Ao longo do século XX, o campo esportivo se consolidou nas Forças Armadas (FFAA),² tendo os militares do Exército Brasileiro (EB) e da Marinha do Brasil (MB) também participado do processo de estabelecimento das primeiras escolas de formação em Educação Física (EF) do País.³ No entanto, a aproximação das Forças Armadas brasileiras com as atividades esportivas foi marcante ainda no início do processo de difusão do esporte moderno no Brasil. Esse fenômeno chegou ao País no século XIX impulsionado por influências europeias que se destacavam no período, trazendo ao País os ares de modernidade e civilização que se divulgavam no Velho Continente.

No campo de estudos da História do Esporte, poucos trabalhos são encontrados sobre o processo de aproximação dos

militares ao fenômeno do esporte. Estas relações necessitam de mais olhares dos pesquisadores a fim de compreender como estas aproximações se desenvolveram e em que perspectiva o esporte foi inserido no cotidiano das FFAA no Brasil.

Este artigo tem por objetivo realizar observações sobre a relação da Marinha do Brasil com o esporte e, a partir da análise de fontes institucionais da MB relacionadas a este movimento, iniciar a construção de um panorama que apresente como o fenômeno passou a figurar no interior desta Força e suas primeiras ações para divulgação e promoção destas práticas entre seus militares.⁴

PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

As atividades físicas regulares já estavam presentes na Marinha do Brasil desde a primeira década do século XIX, a partir da instalação da Academia Real de Guardas-Marinha (1808). Nesta instituição de formação militar, transferida de Portugal para o Rio de Janeiro no processo de estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil, no ano de 1808, os oficiais passavam por instruções nas disciplinas acadêmicas, artes do marítimo e exercícios militares e de embarque. Entre estas atividades, incluíam-se aulas práticas de manejo de armas brancas e de fogo, equitação e navegação em embarcações a vela, inicialmente com vistas ao desenvolvimento das habilidades necessárias para o serviço militar no período. Realizavam-se também apresentações lúdicas e encontros onde tais habilidades eram demonstradas, mas ainda sem formalização de competições (GARRIDO e LAGE, 2005).

¹ Os Jogos Mundiais Militares, idealizados pelo Conselho Internacional de Esportes Militares (CISM), maior autoridade em organização esportiva militar do mundo, ocorrem a cada quatro anos, no ano anterior ao dos Jogos Olímpicos de Verão, com primeira edição em 1995 em Roma (ITA), seguido de Zagreb (CRO) em 1999, Catânia (ITA) em 2003 e Hyderabad (IND), em 2007. Em 2010, ocorreu a primeira edição dos Jogos Mundiais Militares de Inverno no Vale de Aosta (ITA).

² A relação da Força Aérea Brasileira com o esporte é ainda bastante recente, uma vez que esta Força Armada foi criada somente em janeiro de 1941, através do Decreto-Lei nº 2.961, que estabelecia a criação do Ministério da Aeronáutica, efetivando a transferência de todos os militares que compunham a Arma de Aeronáutica do Exército e o Corpo de Aviação Naval para a subordinação daquele Ministério.

³ A Escola de Educação Física da *Liga de Sports da Marinha* foi fundada e entrou em atividade em 1925, formando sua primeira turma de monitores para atuação na Força em 1928. No ano de 1922, já havia sido criado o Centro Militar de Educação Física pelo Exército com funções de dirigir, coordenar e difundir o novo método de educação física (influenciado pela Escola Francesa) e suas aplicações desportivas, mas somente foi efetivamente instalado em 1929 formando militares e civis para atuação nas corporações militares e escolas da Educação Básica. Além disso, militares participaram do processo de organização da Escola Nacional de Educação Física e Desportos na Universidade do Brasil em 1939.

⁴ As transcrições de trechos dos documentos analisados respeitarão a grafia original da época.

No tempo das Marinhas a vela, as atividades físicas dos militares na MB relacionavam-se muito claramente ao preparo para o trabalho. As intensas atividades nas manobras de pano nos navios, os processos de preparação para as batalhas travadas ao longo do século XIX no Brasil (lutas de independência, batalhas regenciais), além dos treinamentos para as viagens de circunavegação, eram os responsáveis pela manutenção do preparo e da “robustez” física necessária aos serviços militares da época. Não se identificavam, naquele momento, preocupações com a sistematização ou regulamentação das atividades físicas ou de práticas esportivas. Entretanto, desde 1841, realizavam-se “desafios” em festividades marítimas entre os militares utilizando escaleres e baleiras para travessias entre a Fortaleza de São João e a Enseada de Botafogo, no litoral do Rio de Janeiro. Esse tempo do preparo físico garantido somente pelas manobras e atividades cotidianas da vida no mar chegou ao fim ainda no século XIX (GARRIDO, 2007).

As preocupações com a preparação física para as atividades do cotidiano militar já eram presentes nas escolas de formação de oficiais tanto do EB como da MB desde o século XIX, intensificando-se esse movimento na segunda metade do século. Conforme Decreto nº. 2.116, de 1 de março de 1858, que aprovou o regulamento que reformava as escolas de formação de oficiais do EB, os alunos dos cursos teriam em seus ensinamentos práticos aulas de tiro, equitação militar e “hipiátrica”, natação e esgrima.⁵ No mesmo ano, o Decreto nº. 2.163, de 1 de maio, reorganizou a Academia de Marinha tornando-a Escola de Marinha e, dentre suas reformulações curriculares, inseriu como item comum do currículo aos aspirantes de todos os anos a prática de esgrima uma vez por semana, ginástica uma vez por semana e natação duas vezes por mês e aos domingos

antes da missa.⁶ O Decreto nº 4.720, de 22 de abril de 1871⁷, regulamentou a Escola da Marinha mantendo a obrigatoriedade das práticas de atividades como esgrima, ginástica e natação em seus cursos. Percebe-se a aproximação dos militares não somente das atividades ginásticas, mas também de práticas que possibilitassem o desenvolvimento de habilidades fundamentais para o exercício militar no período, práticas que posteriormente passariam a ser realizadas também em caráter esportivo como a natação, a esgrima e a equitação.

Nesse processo de sistematização das atividades físicas e introdução de atividades esportivas no cotidiano dos militares da MB, ocorreu uma rápida aproximação com alguns esportes náuticos, como o remo. A partir de 1862, iniciou-se a realização de competições de remo organizadas pela Marinha do Brasil, tendo-se registro de regatas na Enseada de Botafogo com a participação de diferentes tipos de barco. Neste momento “deve ser considerada como relevante a adesão de importantes personalidades da Armada (Marinha), que passaram a exaltar o remo como uma prática louvável” (MELO, 2001: 67). No ano de 1863, realizaram-se regatas na Enseada de Botafogo (RJ) e, em 1865, destaca-se a realização da Regata Imperial no Rio Grande (RS), com assistência do Imperador D. Pedro II, em comemoração à rendição do General Estigarriba durante a Guerra do Paraguai (LICHT *et al*, 2005).

Apesar de ter sua prática já difundida na MB desde a década de 1860, o remo somente ganhou impulso entre a população civil do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX, quando os obstáculos da tradição, como a predileção das elites pelo turfe e a questão do uso de poucas roupas com exposição de partes do corpo, necessárias aos esportes náuticos como o remo, passaram, pouco a pouco, a sucumbir aos ares de modernidade. Nestas novas perspectivas,

⁵ BRASIL. Decreto nº 2.116, de 1 de março de 1858. Aprova o Regulamento reformando os da Escola de Aplicação do Exército e do Curso de Infantaria e Cavalaria da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, e os estatutos da Escola Militar da Corte. Coleção de Leis do Império de 1858.

⁶ BRASIL. Decreto nº 2.116, de 1 de março de 1858. Reorganiza a Academia de Marinha em virtude da autorização concedida no parágrafo 3º do artigo 5º da Lei nº 862, de 30 de julho de 1856. Coleção de Leis do Império de 1858.

⁷ BRASIL. Decreto nº 4.720, de 22 de abril de 1871. Altera o Regulamento da Escola de Marinha, em virtude da autorização contida no § 18 art. 8º da Lei nº 1836, de 27 de setembro de 1870. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/leis1871/pdf51.pdf#page=7>. Acesso 15 fev. 2011.

as atividades físicas e esportivas ao ar livre passaram a ser valorizadas como aspectos saudáveis e higiênicos, parte de um processo de modernização que englobava inúmeros outros aspectos (urbanísticos, econômicos, políticos) (MELO, 2006).

Esta virada de século marcou a popularização do remo na sociedade carioca. As regatas passaram a ser realizadas com maior frequência pela Marinha do Brasil, como nos anos de 1892, em homenagem ao Almirante Barroso, e 1893, em benefício das vítimas do Encouraçado *Solimões* (GARRIDO e LAGE, 2005; SOEIRO, 2003).

Em 1895, ocorreu uma tentativa de criação de entidade representativa dos clubes de remo, para organização das competições, com a união dos clubes Botafogo (1894), *Union de Cantioners* (1892), Luiz Caldas (1894), Gragoatá (1895) e Icarahy (1895) para este fim. No entanto, os dois primeiros anos foram sem atividades pela inexperiência dos envolvidos e baixa adesão de clubes (MELO, 2007). A partir de 31 de julho de 1897, sob a presidência do Capitão-Tenente da Marinha do Brasil Eduardo Ernesto Midosi, oficializou-se a criação da União de Regatas Fluminense (URF) com a entrada de outros três clubes: o Clube de Regatas do Flamengo (1895), Grupo de Regatas Praia Vermelha (1896) e Veteranos do Remo (1894). O papel do oficial na direção desta instituição foi fundamental para a coordenação de suas atividades, ficando na presidência até 1906. Em 5 de junho de 1898, realizou-se o “Primeiro Campeonato Náutico Brasileiro”, na enseada de Botafogo – RJ, organizado pela URF, tendo em sua plateia o Presidente da República Prudente de Moraes (LICHT *et al*, 2005).

A União de Regatas Fluminense, três anos após sua fundação, passou por uma reformulação e teve sua nomenclatura alterada para Conselho Superior de Regatas (2 de março de 1900). Essa mudança ocorreu por uma tentativa deste Conselho de dominar as sociedades de regatas, controlando

a organização do remo nacional, mas este objetivo recebeu muita resistência de entidades que regulamentavam o esporte em outras regiões do país.⁸ No entanto, a tentativa persistiu com a alteração, em 29 de novembro de 1902, de seu nome para “Federação Brasileira de Sociedades de Remo” (FBSR), reforçando a perspectiva unificada do remo nacional almejado pela instituição carioca (REEBERG, 2007). Esta estrutura organizacional revela a significância do remo no processo de criação de entidades regulamentadoras do esporte no País, uma vez que “se o turfe estabeleceu pioneiramente os parâmetros do que deveria ser a organização esportiva, o remo reformulou-a e aperfeiçoou-a” (MELO, 2007: 140).

Os militares da Marinha do Brasil tiveram atuação direta no processo de organização de outro esporte náutico: a vela. Já praticada entre os militares da instituição desde o século XIX como forma de treinamento das habilidades navais, somente em 1906 efetivou-se a criação do primeiro clube da modalidade, o *Yacht Club Brasileiro*, tendo como seu primeiro Comodoro (equivalente a um diretor ou presidente) o então Ministro da Marinha Almirante Alexandrino Faria de Alencar. O ministro ordenou a criação de uma competição de vela que levasse seu nome para chamar a atenção dos jovens praticantes do esporte para as “coisas do mar” (GARRIDO, 2007: 81).

Como foi possível destacar até aqui, a Marinha do Brasil participou do processo de difusão e regulamentação de modalidades como remo e vela no Rio de Janeiro. Sua atuação, através de oficiais engajados na causa esportiva, contribuiu para a divulgação da prática com as organizações de regatas, auxiliando na difusão dos esportes entre o público em geral. Muitas praças e oficiais da Marinha passaram a se envolver na prática esportiva competitiva, inicialmente fora de suas organizações militares, já que não existia uma regulamentação ou entidade esportiva no interior da MB.

⁸ O código do Conselho Superior de Regatas apontava como objetivos representar o esporte náutico brasileiro, defendendo seus interesses e promovendo seu engrandecimento. Propõe a abrangência do código a todos os clubes de regatas existentes no País, desde que suas propostas fossem integralmente aceitas. No entanto, com a existência de instituições regulamentadoras do esporte em outros estados, como o Comitê de Regatas do Rio Grande do Sul, criado em 1894, e clubes que não manifestavam interesse em ter um Conselho regulamentador fora de seus estados, esta tentativa de unificação do controle do remo não teve o sucesso esperado pelos idealizadores.

A questão da Educação Física também ganhou espaço na Força seguindo as discussões que povoavam este campo no início do século XX e a nova estruturação interna da MB que se iniciou ainda na primeira década daquele século. O processo de modernização nas Marinhas ao longo do século XIX e a introdução da tecnologia a vapor nas guerras no mar introduziram novas discussões sobre o preparo físico e técnico do pessoal de bordo. Os projetos de modernização da MB, efetivados a partir de 1906 sob as ações do Ministro da Marinha Almirante Alexandrino Faria de Alencar⁹ retomando algumas propostas de seu antecessor, Almirante Júlio César de Noronha, levantaram necessidades de outras formas de treinamento dos marinheiros para a manipulação dos novos tipos de maquinário que compunham os navios, além do aumento do número de profissionais necessários para as atividades de bordo (ALMEIDA, 2010).

Neste panorama de discursos e ações defendendo a modernização na Marinha, não somente no campo técnico, mas também no preparo de pessoal, iniciaram-se discussões da necessidade da introdução das atividades *gymnásticas* regulares na instituição, baseando-se na argumentação de preparar os marinheiros para este serviço mais especializado no interior dos navios, agora não restrito às manobras de pano, destacando o preparo do físico como ponto fundamental. Em 1910, foi publicado artigo na *Revista Marítima Brasileira* propondo a criação de uma Escola de *Gymnastica* no Corpo de Marinheiros que teria como alunos sargentos e cabos em um curso com parte teórica e prática, saindo estes diplomados como monitores de ginástica com responsabilidade de divulgar os jogos e a ginástica sueca pelas escolas e navios da Marinha do Brasil.¹⁰ Esta preocupação com a condição física dos militares passou a se intensificar ao longo da primeira década do século XX, mas tal proposta de sistematização da Educação Física só seria concretizada cerca de 15 anos depois, no ano de 1925.

Mesmo apresentando inicialmente aproximações de práticas esportivas náuticas, os militares da MB não ficaram de fora do esporte, que garantiu grande espaço no País no início do século XX: o *football*. Já se registrava a existência de alguns *clubs* de *football* dentro da Marinha que realizavam partidas com outros *clubs* da cidade, inicialmente como prática de lazer, participando inclusive de partidas com equipes estrangeiras em momentos de visitas navais. As edições da Revista *Careta*, de 12 e 19 de setembro de 1908, por exemplo, publicaram uma sequência de 11 fotos em montagens reservando três páginas (duas no dia 12 e uma no dia 19) para relatar “A festa dos inferiores da Armada brasileira aos da portuguesa” na Fortaleza de Villegagnon, “os exercícios e assaltos d’armas pelos *officiaes* inferiores e marinheiros nacionais” e o *football* entre estes grupos de militares. Destaca-se a importância destes relatos por serem identificados cerca de sete anos antes das primeiras iniciativas da criação de uma liga esportiva dentro da Marinha.¹¹

Os diferentes esportes praticados por integrantes da Marinha ou apoiados por ela já eram noticiados em periódicos mesmo antes de se institucionalizar a prática do esporte e da atividade física na Força, fato só ocorrido em 1915 com a criação da *Liga de Sports da Marinha*. Essa relação entre esporte e militares da Marinha se estendeu ao longo do início do século XX. Ampliou-se o envolvimento da instituição com a prática esportiva por intermédio de seus militares que formavam grupos para disputas de partidas de futebol, regatas a remo e a vela, além das tradicionais atividades de equitação e tiro, já largamente praticadas dentro das FFAA como forma de desenvolvimento de habilidades funcionais. Os grupos de militares da Marinha chegaram a participar das primeiras competições oficiais de um esporte norte-americano introduzido no período inicial do século no Brasil: o basquetebol. No ano de 1915, o Corpo de Marinheiros

⁹ Alexandrino Faria de Alencar ocupou a pasta do Ministério da Marinha em três momentos: entre 1906 e 1910, 1913 e 1918, 1922 e 1926.

¹⁰ COLONIA, Alfredo. Introdução das atividades *gymnásticas* na Marinha do Brasil. *Revista Marítima Brasileira*, 4^o bimestre de 1910, p. 7-16. Departamento de História da Marinha – DPHDM.

¹¹ *Revista Careta*, 19 de setembro de 1908, p. 24 e 25; *Revista Careta*, 12 de setembro de 1908, p. 13. Biblioteca Nacional.

Nacionais de Villegagnon participou do 1º Campeonato de Basquetebol realizado no Brasil sob organização da Associação Cristã de Moços (ACM). Esta participação teria sido uma das motivações para o processo de criação de uma representação esportiva na Marinha, até aquele momento inexistente (GARRIDO e LAGE, 2005).

A FUNDAÇÃO DA LIGA DE SPORTS DA MARINHA: ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO DAS PRÁTICAS ESPORTIVAS

O processo de estruturação e regulamentação de entidades esportivas e clubes ampliou-se significativamente no País na década inicial do século XX. A necessidade de criação de instituições para reger a organização do esporte, tendo uma grande diversidade de modalidades e clubes surgindo a cada momento, tornava-se cada vez mais emergente. Já se destacavam, neste momento, entidades diretivas de modalidades como remo (Federação Brasileira de Sociedades de Remo) e futebol (Liga Metropolitana de *Sports Athletics*).

Estes processos de institucionalização da prática dos esportes chegaram também às FFAA. Como destacado, apesar de inúmeros esportes já serem praticados corriqueiramente entre praças e oficiais da Marinha, até 1915 não existia nenhuma forma de regulamentação institucional destas práticas. Preocupados em centralizar estes jogos e ampliar para outras modalidades, um grupo de oficiais se reuniu na sala de conferências do Clube Naval, Avenida Rio Branco, em 25 de novembro de 1915, para a fundação de uma entidade diretora de esportes navais, que recebeu o nome de *Liga de Sports da Marinha* (LSM). Já na reunião de fundação foram definidos os responsáveis pelas funções administrativas da entidade. O Capitão de Corveta Adalberto Nunes, por indicação dos presentes, foi nomeado Diretor-Presidente da LSM, sendo acompanhado pelo Capitão-Tenente Alberto de Lemos Basto na função de Diretor-Se-

cretário e o Primeiro-Tenente Alfredo Sinay para Diretor-Tesoureiro. O pavilhão da Liga também foi tema de discussão nesta primeira reunião, ficando a cargo do Primeiro-Tenente Gustavo Goulart a elaboração de opções para a “bandeira” já neste primeiro encontro. As propostas foram analisadas pelos presentes e votou-se pela adoção por escolha da maioria da “bandeira constituída por uma âncora vertical feita a risco preto sobreposta com um salvavidas circular vermelho, sobre o qual se vêm em preto as iniciais do nome da Liga, estando este conjunto sobre um campo branco”.¹²



Imagem 1: Rascunho da bandeira da *Liga de Sports da Marinha* escolhida pelos presentes na reunião de fundação e de autoria do Primeiro-Tenente Gustavo Goulart¹³

A LSM passou, a partir daquela data, ser a entidade responsável pela organização, promoção e divulgação da prática esportiva na MB. Como atividades iniciais, realizou a programação de competições internas de natação, *water polo* e futebol, como instrumento para divulgação da LSM; comunicação oficial às autoridades navais superiores da criação da Liga; e solicitação ao Sr. Ministro da Marinha para assumir a direção dos *sports de bordo*, conforme registrado na ata da 1ª Sessão da *Directoria*, realizada em 16 de dezembro de 1915 na sala de confe-

¹² "Reunião de oficiais para fundação da Liga de Sports da Marinha". Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo I, p. 01 e p. 01v. Comissão de Desportos da Marinha.

¹³ "Reunião de oficiais para fundação da Liga de Sports da Marinha". Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo I, p. 02 anexo. Comissão de Desportos da Marinha.

rências do Clube Naval.¹⁴ No entanto, sua regulamentação institucional só foi efetivada em janeiro do ano seguinte. Segundo publicação em Ordem do Dia nº 1, de 4 de janeiro de 1916,¹⁵

Sr. Chefe de Estado Maior da Armada, declaro-vos, para fins convenientes, que, aprovados os intuitos da Liga de Sports da Marinha, fundada por oficiais com o fim de concorrer para o desenvolvimento physico do pessoal da Armada, por meio dos jogos e exercí-cios, com campeonatos annuaes, resolvi permittir que a citada Liga se corresponda com as autoridades da Marinha, em relação ao que for necessário a seus fins, e que as autoridades lhe facilitem os meios de acção, sem prejuizo para o serviço, fazendo-se os jogos sob direção da referida Liga e seus representantes nos navios, corpos, estabelecimentos, ficando a acção destes últimos sujeita a aprovação dos respectivos comandantes. Saúde e fraternidade. Assignado Alexandrino Faria de Alencar.

As definições sobre a estrutura e organização da LSM foram efetivadas na primeira reunião de diretoria, onde ocorreu a nomeação dos responsáveis pelos diferentes jogos que seriam coordenados pela Liga. Para dirigir os “Serviços de Remo” foi convidado o Capitão de Corveta Amphilóquio Reis; para os “Serviços de Vela”, o Primeiro-Tenente Eleazar Tavares; e para os “Serviços de *Football*”, o Segundo-Tenente Benjamim Sodré¹⁶, ficando ele também responsável de realizar combinações para utilizar campos particulares pela LSM. O Primeiro-Tenente Gustavo Goulart, autor do pavilhão da Liga, recebeu a responsabilidade de realizar estudos para a construção de um campo de *football* na Ilha das Cobras e, havendo a possibilidade

espacial, combinar a cessão do espaço com o engenheiro chefe do novo arsenal, sendo construído naquela ilha.¹⁷

Podemos perceber uma atuação em diferentes modalidades esportivas neste momento, envolvendo, além do *football*, os esportes aquáticos de remo, vela, *water polo* e natação, tradicionalmente praticados por militares da Marinha do Brasil. Entre os anos de 1915, o ano de fundação da Liga, e 1940, quando foi extinta para a criação do Departamento de Educação Física da Marinha, registraram-se organizações de competições e participação de equipes pela LSM em diferentes modalidades esportivas. Os registros para o período entre 1915 e 1928 evidenciam o quadro de modalidades institucionalizadas na Marinha, a partir das ações da LSM na organização de competições, fomenta de participação e divulgação. As competições eram realizadas entre os grupos esportivos que representavam os navios e organizações militares de terra da Marinha, entre estes grupos e equipes do Exército Brasileiro, também registrando-se participações em disputas com equipes civis. Destacam-se, neste período, a realização de campeonatos anuais em diferentes modalidades: Campeonatos de Vela; Concur-sos Aquáticos (campeonato individual de natação, prova para aprendizes-marinheiros 100m, prova oficiais 200m, prova aspirantes 200m, prova suboficiais 200m, prova de saltos praças, prova de arremesso de bola de *water polo* para praças, prova de mergulho em tempo para suboficiais, prova de mergulho em tempo para praças); Campeonato de Natação; Campeonato Acadêmico de Escolas Superiores (Escola Naval e Escola Militar) com provas de *water polo* e natação; Campeonato de Remo; Campeonato de *Water Polo*; Campeonato de Futebol; Disputa da Taça Flamengo – competição entre Exército e Marinha (futebol, cabo de guerra, corrida de estafetas); Campeonato de Retinidas; Campeo-

¹⁴ “1ª Sessão da Directoria de 16 de dezembro de 1915”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo I, p. 01v e 02. Comissão de Desportos da Marinha.

¹⁵ Ordem do Dia do Ministério da Marinha nº 1, de 04 de janeiro de 1916. Arquivo da Marinha.

¹⁶ Benjamin Sodré, também conhecido como Mimi Sodré, foi jogador de futebol e representou, entre 1910 e 1916, o América, o Botafogo e a Seleção brasileira.

¹⁷ “2ª Sessão da Directoria de 20 de dezembro de 1915”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I, p. 02v e 03. Comissão de Desportos da Marinha.

nato de *Cross Country*; Prova Anual de 40km a pé (categorias: oficiais, aspirantes, suboficiais); Competição de Atletismo entre navios e corpos; Campeonato de Cabo de Guerra; Campeonato de Basquetebol; Torneio de Esgrima (sabre – oficiais e aspirantes; florete – oficiais e aspirantes); Campeonato de tiro entre navios e corpos da Marinha (oficiais, suboficiais e praças); Festival do Abrigo do Marinheiro (corrida de estafetas, cabo de guerra, natação, pega de pato).¹⁸

Estes registros evidenciam uma preocupação institucional em se manter as determinações dos círculos hierárquicos (oficiais, suboficiais e praças), elemento fundamental na estrutura do militarismo, na organização das competições esportivas. Ao se estabelecer o regulamento para as competições, eram comumente idealizadas categorias distintas para oficiais, suboficiais e praças, mantendo a estrutura hierárquica como definição da participação esportiva. Com esta organização, evitava-se não somente que oficiais e praças, por exemplo, competissem uns contra os outros, mas também que competissem lado a lado nos esportes coletivos. A questão da composição mista de equipes, com oficiais e praças, foi tema de debate constante na Liga desde suas primeiras reuniões. Na ata da 2ª Assembleia de Representantes, de 27 de dezembro de 1915, registrou-se o processo de organização das primeiras competições, definindo-se a criação de categorias para oficiais, suboficiais e praças nas competições de natação, remo e vela. Para as competições de *water polo* e futebol, levantaram-se questões sobre a composição mista das equipes, havendo grupos a favor e contra. Sobre isso, o Diretor-Secretário Capitão-Tenente Alberto de Lemos Basto, informa que

(...) a intenção da Directoria é estabelecer logo que possa os cam-

peonatos de foot ball e water polo e que, para permitir que todos os navios tomem parte nestes jogos se estabelecer campeonatos separados para officiaes, sub officiaes e praças o que, ao menos ao principio, não e possível, pensa propor que o campeonato de football seja desde já estabelecido para as praças (...)¹⁹

Esta discussão foi retomada em alguns momentos ao longo da vida da LSM, mas observando os registros de organização e de resultados com a manutenção das provas distintas para praças e oficiais ao longo da década de 1920, percebe-se a sustentação das ideias de separação baseadas nos círculos hierárquicos.

Outra característica identificada nos documentos quanto à organização da LSM era o fato de a cada ano serem realizadas eleições com voto individual entre os sócios para seleção daqueles que ocupariam as funções diretivas da instituição, nos cargos de diretor-presidente, diretor-tesoureiro e diretor-secretário, assim como os suplentes. Este processo era realizado durante as Assembleias Gerais, como registrado em Ata da 1ª Assembleia Geral de 20 de novembro de 1916 para a escolha do corpo diretivo para o ano de 1917.²⁰ Apesar do processo “democrático” de escolha, somente poderiam se candidatar aos cargos de direção os sócios da Liga que, por sua vez, eram compostos por oficiais e guardas-marinha, conforme determinações definidas ainda em 1915.²¹ Desta forma, encontravam-se fora do processo de organização esportiva e definição de regras e prioridades todos os demais integrantes da Força (marinheiros, cabos, sargentos e suboficiais), sendo-lhes permitida apenas a participação nas competições desde que devidamente autorizada por seus comandantes.

¹⁸ Cf. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo I (1915-1920) Comissão de Desportos da Marinha; Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo II (1920-1922) Comissão de Desportos da Marinha; Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo III (1922-1924) Comissão de Desportos da Marinha; Livro Registro de Competições (1923-1928) Comissão de Desportos da Marinha.

¹⁹ “2ª Assembleia de Representantes, de 27 de dezembro de 1915”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo I, p. 4. Comissão de Desportos da Marinha.

²⁰ “1ª Assembleia Geral de 20 de novembro de 1916”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo I, p. 22v e 23. Comissão de Desportos da Marinha.

²¹ “1ª Assembleia de Representantes de 24 de dezembro de 1915”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo I, p. 3 e 3v. Comissão de Desportos da Marinha.

Na década de 1920, a estrutura da Liga incorporou mais duas diretorias: a Diretoria de *Sports Terrestres* e Diretoria de *Sports Aquáticos*, também com cargos eletivos pelos sócios. Existem extensos relatos de correspondência entre os navios e corpos da Marinha informando seus representantes, sendo estes os responsáveis por divulgar as atividades esportivas entre os interessados em suas Organizações Militares. Relatam-se correspondências entre clubes e instituições esportivas da cidade do Rio de Janeiro com notificações sobre mudanças na diretoria, convites para participação em eventos esportivos e solicitações de espaços para realização de competições. Estas trocas de correspondências e informações evidenciam a efetiva inserção da LSM no panorama esportivo da cidade do Rio de Janeiro, sendo reconhecida como instituição de organização esportiva pelas demais.

Apesar de atuar ativamente na organização esportiva e difusão dos benefícios das atividades físicas e esportivas para os militares e em eventos esportivos de inúmeros clubes do Rio de Janeiro, a LSM ainda enfrentava algumas barreiras de aceitação dentro da Força. Em relato registrado na ata da primeira sessão da diretoria do ano de 1921, realizada no dia 4 de janeiro de 1921, destaca-se o recebimento de “Carta do representante do *C. Republica* de 24 de dezembro p.p., comunicando que o navio deixa de tomar parte nas provas da Liga porque seu comandante é contra a prática de taes exercicios”.²²

A participação de militares da Marinha do Brasil em competições esportivas militares e civis alcançou os patamares de representação nacional ainda na década de 20. Nos Jogos Olímpicos da Antuérpia em 1920, primeira participação do Brasil no evento, a Marinha do Brasil estava representada por um número significativo de militares.

A equipe de *water polo* alcançou a sexta colocação na competição e tinha sua equipe composta quase totalmente por militares da Marinha, além de representantes também na equipe de natação (DACOSTA, 2005).

Mesmo com esta representatividade esportiva, tanto no meio militar como no civil, as ligas esportivas militares não tinham filiação à Confederação Brasileira de Desportos (CBD), entidade nacional de organização dos esportes naquele momento. Até 1922, a *Liga de Sports da Marinha* e a *Liga de Sports do Exército* (LSE)²³ participavam das competições organizadas pela entidade na condição de convidadas. A partir deste ano, identifica-se uma aproximação maior da CBD das ligas militares pelas necessidades de apoio na organização dos Jogos Esportivos do Centenário,²⁴ entrando em pauta no contexto das relações entre as Ligas Militares e a CBD uma importante discussão sobre a situação destas em comparação às demais ligas e clubes existentes no País. Durante os meses de abril e maio de 1922 registraram-se debates sobre a participação dos esportistas militares nas competições promovidas pela CBD, sendo-lhes vetado tomar parte em alguns jogos nacionais por serem estes exclusivamente para entidades federadas. A LSM e LSE resolveram, em acordo, pleitear junto à CBD a “questão do amadorismo das praças” e apresentar um projeto ao Conselho da instituição visando a um acordo sobre o devido reconhecimento de suas atividades e esportistas. Após a apreciação da proposta, efetivou-se em 3 de julho de 1922 a assinatura do acordo de filiação das Ligas Militares (LSM e LSE) à CBD.²⁵

Ainda no ano de 1922, como parte do processo de preparação para os Jogos do Centenário, a LSM aprovou a contratação de técnicos para esgrima, atletismo, natação e saltos d’água. As contratações de técnicos

²² “Sessão da Diretoria de 4 de janeiro de 1921”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo II Comissão de Desportos da Marinha.

²³ O Exército Brasileiro criou em 1915 sua primeira entidade diretiva dos esportes com o nome de *Liga Militar de Football*. Em 1920, seu nome foi alterado para *Liga de Sports do Exército* (LSE), mas não foram registradas novas modalidades na Liga, mantendo o foco no futebol. Somente a partir de 1922, com seu envolvimento da organização dos Jogos Esportivos do Centenário, outras modalidades passaram a ser inseridas nas atividades organizadas pela LSE.

²⁴ Jogos Esportivos do Centenário ou Jogos Olímpicos Latino-Americanos foram realizados no ano de 1922, na cidade do Rio de Janeiro, dentro do quadro de atividades comemorativas ao centenário da Independência do Brasil.

²⁵ “Sessão da Diretoria de 16 de maio de 1922” e “Sessão da Diretoria de 12 de julho de 1922”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo II. Comissão de Desportos da Marinha.

estrangeiros para estes cargos foram tratadas em parceria com as representações do País em outras regiões, através de adidos navais, e instituições estrangeiras com sedes no Brasil como a Associação Cristã de Moços. O primeiro profissional a ter contrato firmado com a LSM foi o norte-americano Hebdem Corsam para ocupar a função de treinador de natação e saltos e teve sua contratação mediada pela Associação Cristã de Moços do Rio de Janeiro e Nova York, sendo seu contrato com a LSM assinado pelo Sr. H. Sims, da ACM-Rio, representante jurídico no Brasil deste treinador. Também com auxílio desta instituição foi efetivada a contratação do professor de atletismo, o também norte-americano Robert Fowler. Já o professor de esgrima, o italiano Giovanni Abita, foi contratado por intermédio do adido naval em Roma.²⁶

Após a chegada destes professores, instituíram-se aulas fixas semanais de natação e atletismo para praças que seriam preparados para as competições esportivas, formalizando o processo de treinamento para as práticas esportivas e não somente as organizações de competições na MB. Na ata da sessão da diretoria de 15 de março de 1922, por exemplo, destaca-se a informação de que “já se acha no Rio de Janeiro o Sr. Hebdem Corsan, treinador de natação contractado pela LSM com o qual já se combinou um horário de treino para aspirantes e praças no banheiro da I. das Enxadas”.²⁷ Com estas novas tendências sendo incorporadas às ações da *Liga de Sports da Marinha*, iniciou-se um processo de formulação de propostas de criação de uma Escola de Educação Física. O projeto foi enviado ao Ministro da Marinha Veiga Miranda que manifestou interesse e ordenou estudos para sua implantação (GARRIDO e LAGE, 2005).

No ano seguinte, os estatutos da Liga foram aprovados pelo Ministério da Marinha, conforme Aviso nº 3.622, de 14 de agosto de

1923.²⁸ Neste documento, o Ministro da Marinha Almirante Alexandrino Faria de Alencar aprovava os estatutos, revistos, ficando a Liga responsável pela direção de esportes e pelas representações esportivas da Marinha em competições nacionais e internacionais. Recomendava também que as autoridades administrativas da Marinha apoiassem com simpatia as práticas de diferentes esportes como forma de recreação para a guarnição e seu desenvolvimento físico. Estabelecia, ainda, a obrigatoriedade de existência de um oficial em cada estabelecimento, corpo ou navio encarregado dos esportes e elemento de ligação entre a Liga e o respectivo comandante ou diretor.²⁹

Após 15 anos da primeira sugestão de criação de uma Escola de Educação Física na Marinha, foi criada em 1925 a Escola de Educação Física da *Liga de Sports da Marinha*, com funcionamento na Ilha das Enxadas. Seu regulamento foi aprovado pelo Ministro da Marinha Almirante Alexandrino de Alencar e publicado em Ordem do Dia nº 59 do Estado-Maior da Armada, de 24 de julho de 1925 e determinava que

Art. 1 – A Escola de Educação Physica da LIGA DE SPORTS DA MARINHA tem por fim reparar Monitores de Athletismo para effectuarem na Marinha Nacional na qualidade de auxiliares de officiaes ou mestres, encarregados deste serviço, e como um meio de promover a cultura physica do respectivo pessoal e o ensino da technica dos jogos sportivos.

Art. 2 – O curso durará dous annos e comprehenderá:
– Educação Physica
– Esgrima
– Natação e jogos aquáticos
– Jogos de Pista e campo
– Box
– Noções de anatomia e pedagogia

²⁶ “Sessão da Diretoria de 3 de fevereiro de 1922”, “Sessão de Diretoria de 13 de fevereiro de 1922” e “Sessão de Diretoria de 30 de março de 1922” – Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo II. Comissão de Desportos da Marinha.

²⁷ “Sessão da Diretoria de 15 de fevereiro de 1922” – Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo II. Comissão de Desportos da Marinha.

²⁸ Aviso do Ministério da Marinha nº 3622, de 14 de agosto de 1923. Arquivo da Marinha.

²⁹ ALBUQUERQUE, Jair. Os sports na Marinha de Guerra do Brasil. *Revista Marítima Brasileira*, 5ª bimestre de 1928, p. 525-542. Departamento de História da Marinha – DPHDM.

Art. 3 – São admissíveis à matricula marinheiros nacionaes, cabos e de 1ª classe, fuzileiros navaes cabos e sem graduação, que possuam qualidades especiaes de intelligência, mando e interesse pelo athletismo, no máximo de 12 por anno.

Art. 4 – Os alumnos aprovados terão como vantagem: nota em seus assentamentos mencionando a sua habilitação, uma designação própria ao par de sua companhia, as gratificações que competem aos especialistas e um distintivo em seus uniformes.

Art. 5 – As admissões, exames e classificações serão feitas segundo o estabelecimento quanto às praças que cursam a Escola de Auxiliares Especialistas.

Art. 6 – Os Monitores de Athletismo serão designados para, nessa capacidade, servirem nas Escolas, corpos e navios da Marinha.

Art. 7 – O Director da Escola será o Presidente da L.S.M. Os docentes serão os profissionaes contractados pelo Ministério da Marinha para dar instrucção subordinados à L.S.M. e um médico da Armada, designado pelo Ministério, para ensino de noções de anatomia.

Art. 8 – As funções de Director são gratuitas. Os professores contractados terão os vencimentos dos seus contractos.

Art. 9 – A Escola funcionará em local designado pelo Ministério da Marinha e sob a fiscalisação da autoridade por este designada.

Art. 10 – As aulas durarão de 1 de março a 31 de dezembro.

Art. 11 – O ensino será feito por meio de prelecções e trabalhos práticos, sendo estes em aula ou auxiliando os professores nos trabalhos de instrucção a atletas e competi-

dores destinados a tomar parte em jogos da L.S.M. ou externos.

Art. 12 – Os alumnos estarão isentos de qualquer outro serviço durante o curso.

Art. 13 – Os detalhes não comprehendidos neste regulamento serão estabelecidos pelo Director.

Disposições transitórias

1 a. No anno corrente a Escola funcionará logo que sejam designados os alumnos.

2 a. Os alumnos, no corrente anno, não excederão de 6.

Rio de Janeiro, 22 de Julho de 1925.

(Assignado) Alexandrino Faria de Alencar.³⁰

Como foi possível perceber na transcrição do Regulamento, o curso era composto por disciplinas como esgrima, natação, atletismo e boxe, sendo os técnicos estrangeiros contratados pela LSM, em 1922, os professores responsáveis por estas disciplinas. A Escola formou sua primeira turma de monitores em janeiro de 1928. Com a conclusão do curso, os novos monitores passavam a *Auxiliares-Especialistas em Educação Physica* (AE-E.Ph). Conforme determinado em Boletim do Ministério da Marinha nº 8, de 23 de fevereiro de 1928,

1. Os alumnos da Escola de Educação Physica, aprovados nos exames finais em 18 de janeiro de 1928, serão classificados de acordo com a referencia, como se segue:

a) os cabos marinheiros nacionaes serão incluídos na secção de AE-CM como Terceiro Sargentos AE-E.Ph.;

b) os cabos do R.F.N. serão transferidos para o Corpo de Marinheiros

³⁰ Ordem do Dia nº 59 do Estado-Maior da Armada, de 24 de julho de 1925. Arquivo da Marinha.

Nacionais e incluídos na referida secção, nas mesmas condições dos demais cabos constantes da alínea supra;

c) os marinheiros nacionais de 1ª classe continuarão nas mesmas companhias em que se acham, com a adicional "PE-E-Ph", sendo promovidos a cabo, em cuja classe farão um estágio de seis meses, afim de serem, então, incluídos na secção respectiva, na forma acima estabelecida.

2. Os especialistas de educação física gozarão das vantagens de curso profissional.

3. As funções dos monitores no exercício de especialidade, são equiparados a de ajudante de chefe de torre em navios typo "Minas".

4. Os oficiais instructores e os sub-instructores, no efetivo desempenho de suas funções, terão direito as vantagens que, de acordo com o art. 50 do Regulamento da Escola de Auxiliares-Especialistas, competem aos instructores e sub-instructores daquela Escola.

5. Os sub-instructores no gozo de vantagem constante do item 4, perderão a gratificação de função prevista no item 3.1. - (a) Arnaldo Siqueira Pinto da Luz." ³¹

Após a criação da Escola de Educação Física e o processo de formação destes monitores e auxiliares, as atenções para as atividades físicas e esportivas se intensificaram. Já em 1926, antes mesmo da formação da primeira turma de AE-E.Ph, foi publicada uma determinação do Ministro da Marinha que tornou a Educação Física obrigatória. De acordo com o Noticiário da *Revista Marítima Brasileira* de dezembro de 1926, a determinação do ministro dizia que

será obrigatória nos navios da Esquadra e nos Corpos a prática dos

exercícios seguintes: diariamente, pela manhã, gymnastica de corpo livre; nos tempos permitidos pelas praxes já estabelecidas, remo, natação, water-polo, corrida a pé, box, tiro ao alvo e basket-ball. O comparecimento às provas de remo, vela, natação e tiro ao alvo será obrigatória para todos os navios e corpos.³²

A partir desta determinação, a prática esportiva passou a ser não somente uma atividade recreativa, como nos anos iniciais de atuação da *Liga de Sports da Marinha*, mas sim um compromisso dos militares tanto nos treinamentos diários como nas competições internas promovidas entre os navios e corpos da Marinha do Brasil.

CONCLUSÃO

A relação do esporte com a Marinha se desenvolveu acompanhando as tendências esportivas no Brasil. A aproximação de seus militares da prática de diferentes modalidades estimulou a criação de uma entidade que organizasse a participação dos integrantes da MB nas competições esportivas promovidas pelos clubes, principalmente do Rio de Janeiro, e efetivasse ações para promoção de tais atividades na Força.

A criação da *Liga de Sports da Marinha* marcou o início da formalização das práticas esportivas na MB, inaugurando uma fase intensa de organização de competições nas mais diversas modalidades já praticadas no País naquele momento. Esta fase perdurou por 25 anos até sua extinção para a criação, em 1940, do Departamento de Educação Física da Marinha, que passou a assumir as atribuições da Liga.

Não se pode deixar de destacar a significativa contribuição da LSM no processo de introdução e institucionalização da prática e da formação em Educação Física na Força, com a proposta e fundação da Escola de Educação Física da *Liga de Sports da Marinha* que formou profissionais durante décadas, desde sua primeira

³¹ Boletim do Ministério da Marinha nº 8 de 23 de fevereiro de 1928. Arquivo da Marinha.

³² Noticiário. *Revista Marítima Brasileira*. 5º bimestre de 1926, p. 585-586. Departamento de História da Marinha – DPHDM.

turma diplomada em 1928, para a atuação nos navios e corpos da Marinha na função de instrutores.

Este processo de aproximação da Marinha do Brasil com o esporte e suas ações neste campo ainda necessitam de maiores atenções para que se possa detalhar como este fenômeno se desenvolveu no interior da Força, assim como sua relação com a instituição e os entraves encontrados para a realização das atividades, sejam eles políticos, econômicos ou sociais. Este trabalho

compreende apenas observações e discussões iniciais sobre as atividades da Marinha do Brasil no campo esportivo, apresentando suas primeiras ações e os principais grupos de militares envolvidos no desenvolvimento e estímulo às práticas esportivas na instituição e é parte de um estudo mais aprofundado, ainda em desenvolvimento, que visa a debater as relações estabelecidas pelos militares com o esporte e a Educação Física no Brasil nos anos finais do século XIX e ao longo do século XX.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de. A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e contradições. *Revista Estudos Históricos*, Vol. 23, nº 45, p. 147-169. Rio de Janeiro: Jan-Jun de 2010.

DACOSTA, Lamartine P. Quem fez acontecer: os militares. In: _____. *Atlas do Esporte do Brasil*. Rio de Janeiro: Shape, 2005, p. 870-871.

GARRIDO, Fernando Antônio. A Regata Escola Naval: do lazer à performance, um grande espetáculo. In: *Revista de Villegagnon – Revista Acadêmica da Escola Naval*. nº 2. Vol II, 2007.

GARRIDO, Fernando; LAGE, Ângela. O Esporte na Marinha do Brasil. In: DaCosta, L.P. *Atlas do Esporte do Brasil*. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

LICHT, Henrique et al. Remo. In: DaCosta, L.P. *Atlas do Esporte do Brasil*. Rio de Janeiro: Shape, 2005 p. 213- 215.

MELO, Victor. *Cidadesportiva: Primórdios do Esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

_____. Remo, modernidade e Pereira Passos: primórdios das políticas públicas de esporte no Brasil. *Esporte e Sociedade*, nº 3, jul-out, 2006.

_____. *Dicionário do Esporte no Brasil no final do século XIX e início do século XX*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SOEIRO, Ricardo Souza Pinto. *A Contribuição da Escola de Educação Física do Exército para o Esporte Nacional 1933-2000*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Motricidade Humana – Universidade Castelo Branco, Rio de Janeiro, 2003.

REEBERG, Wilson. *História da Confederação Brasileira de Remo: das raízes à fundação*. Confederação Brasileira de Remo – julho de 2007. Disponível em: http://www.cbr-remo.com.br/files/a_cbr.asp?acbr_key=1. Acesso 5 maio 2010.

